

# A práxis educativa e o projeto político-pedagógico em abrigos para crianças e adolescentes

JULIANA GAMA IZAR<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo busca resgatar a história nacional das práticas institucionais voltadas para o atendimento a crianças e adolescentes acolhidos e refletir acerca de seu papel educacional. Entendidos como espaços socioeducativos e garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como uma medida de proteção, os abrigos nem sempre cumprem o seu papel principal, que é a promoção do desenvolvimento integral das crianças e adolescentes acolhidos. Nesse sentido, faz-se necessário mais que um reordenamento institucional. É imperativa a alteração de suas práticas educativas, e, para tanto, o projeto pedagógico se destaca como instrumento possível para a fundamentação e norteamento de suas práticas. Assim, este artigo tem por objetivo apresentar a especificidade do projeto pedagógico (comum em espaços de educação formal) para abrigos que se orientam pela prática da educação social.

Palavras-chave: Instituição de acolhimento (abrigo); projeto pedagógico; educação social; medidas de proteção; Estatuto da Criança e do Adolescente.

## Abstract

This article seeks to rescue the national history of institutional practices aimed at assisting children and welcomed adolescents and encourage reflection on their educational role. Understood as spaces workers and guaranteed by the Statute of Children and Adolescents as a protective measure, the shelters do not always fulfill its primary role is to promote the integral development of welcomed children and adolescents. In this sense, it is necessary more than one institutional reorganization. It is imperative to change their educational practices and, therefore, the pedagogical project stands as possible instrument for the reasoning and guide of their practices. Thus, this article aims to present the specific pedagogical project

(common spaces of formal education) to shelters that are guided by the practice of social education.

Keywords: Host institution (shelter); educational project; social education; protective measures; Statute of Children and Adolescents.

## Resumen

En este artículo se busca rescatar la historia nacional de las prácticas institucionales destinadas a ayudar a los niños y adolescentes recibidas y reflexionar sobre su papel educativo. Entendido como espacios de los trabajadores y garantizada por el Estatuto de la Infancia y la Adolescencia como una medida de protección, los refugios no siempre cumplen su función primordial es promover el desarrollo integral de los niños y adolescentes acogidos. En este sentido, es necesaria más de una reorganización institucional. Es imperativo cambiar sus prácticas educativas y, por lo tanto, el proyecto pedagógico se presenta como posible instrumento para el razonamiento y la orientación de sus prácticas. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo presentar el proyecto pedagógico específico (espacios comunes de educación formal) a los refugios que se guían por la práctica de la educación social.

Palabras-clave: Centro de acogida (abrigo); proyecto pedagógico; educación social; medidas de protección; Estatuto del niño y del Adolescente.

## Introdução

A reflexão aqui apresentada resulta de um longo processo investigativo realizado por meio da metodologia da pesquisa-ação, possibilitando a vivência do cotidiano institucional e a convivência com crianças e adolescentes acolhidos em um abrigo localizado em município vizinho à cidade de São Paulo, com aproximadamente 75 mil habitantes, durante um período de aproximadamente dois anos. No decorrer da trajetória desta pesquisa, um questionamento mereceu destaque: Qual é o lugar da educação nesses espaços? Sendo os abrigos uma medida de proteção voltada para a garantia do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes – com caráter socioeducativo e obrigação de desenvolver atividades culturais, levando em consideração as suas necessidades pedagógicas (o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90, art. 94, incisos X e XI, e art. 100) – como se dá a sua organização, produção, avaliação e fiscalização?

Ao longo da história, muitas foram as alterações sofridas pelos abrigos. Contudo, as práticas de atendimento e, mais a fundo, suas questões

educacionais sempre foram deixadas sob a responsabilidade de seus administradores e funcionários, sem nenhuma forma de orientação e/ou normatização. Por essa omissão, ainda hoje são comuns situações em que o espaço idealizado para a proteção e promoção do desenvolvimento integral da criança e do adolescente torna-se um espaço violador de direitos.

Assim, o presente texto visa refletir acerca dessa lacuna institucional, ressaltando a importância da educação para o desenvolvimento do ser humano e compreendendo a rede de proteção como “[...] um espaço pedagógico para formar um novo perfil de homem público e de sujeito ético [...] em vista da emancipação da criança e do adolescente” (SOUZA NETO; NASCIMENTO, 2006, p. 11).

## **Contexto histórico e jurídico das práticas assistenciais voltadas para a infância e juventude brasileiras**

Apesar de a lei em vigência (Lei nº 8.069/90) propor o reordenamento institucional aos abrigos, ainda há um ranço histórico presente nas práticas e discursos que se configuram como irregularidades, mas são comumente realizadas: atendimento a grupos expressivamente grandes de crianças e adolescentes; separação por gênero ou faixa etária; seleção por meio de análise do perfil da criança/adolescente; emprego de castigos, disciplinarização excessiva e transferências como forma de punição dentre outras.

Segundo Marcílio (2006), a história da institucionalização de crianças em nosso país é resultado da importação da cultura europeia trazida juntamente com os portugueses durante o período colonial. Até então não se tinha notícia de casos de abandono ou infanticídio entre os povos indígenas, que compreendiam a criação da criança como uma responsabilidade coletiva. Já os portugueses, seguindo o modelo europeu de família (monogâmica, sacramentada e indissolúvel) e o culto religioso à virgindade da mulher (preservação da honra da moça de elite e de sua família), utilizavam essas alternativas para preservar a sua reputação.

O serviço de assistência à infância e juventude brasileiras nasceu pautado nessa preocupação de cunho privado, individual e religioso, baseando-se em ideias e práticas predominantemente europeias e claramente diferentes do contexto sociopolítico, econômico e ideológico do nosso país. Ao longo de sua história, as doutrinas, práticas e instituições foram

se incorporando e se modificando, apresentando características caritativas, filantrópicas, higienistas, assistencialistas e intervencionistas, com avanços, paradas e retrocessos. Nesse ínterim, a criança e o adolescente foram objetizados, institucionalizados, penalizados e classificados como menores e que, de acordo com Pilotti e Rizzini (1995), só apresentavam uma única irregularidade: o azar de terem nascido pobres.

No âmbito da legislação, as ações assistenciais eram regulamentadas inicialmente pelos Códigos Criminais do Império (1830 e 1890) e, posteriormente, pelos Códigos de Menores (1927 e 1979). Contudo, a tônica desse conjunto de leis era o mesmo: o controle social e a abominação a tudo o que destoava dos modelos socialmente aceitos de família e criança. Com a promulgação do ECA, em 13 de julho de 1990, criança e adolescente passaram a ser considerados sujeitos de direito, e não mais meros objetos de intervenção estatal, judicial, policial. A responsabilidade pelo seu desenvolvimento integral, doutrina adotada pelo ECA, tornou-se compartilhada, ou seja, a garantia dos seus direitos passou a ser responsabilidade de toda a sociedade.

## **Da realidade ao ideal: a importância da práxis educativa nos abrigos**

Apesar das mudanças colocadas pela lei, as práticas de atendimento desenvolvidas pelos abrigos permanecem similares ao período que precede ao ECA, pois ainda imperam regras rigorosas com horários determinados e inflexíveis para inúmeras atividades (alimentação, higiene, estudo, lazer etc.); a disciplinarização excessiva com castigos dos mais variados (supressão de alimentação, banho frio, exposição vexatória, manipulação do grupo contra a criança/adolescente em questão, suspensão de saídas/passeios etc.); o estabelecimento de uma rotina fechada (o direito à convivência comunitária se restringe à frequência escolar, permanecendo o restante do dia no abrigo); a violência física e psíquica (entre os acolhidos institucionalmente e também entre cuidadores e acolhidos); o insignificante ou quase inexistente trabalho com a família de origem para a manutenção do vínculo afetivo e o extensivo tempo de permanência da criança/adolescente dentro do abrigo.

Durante o período de realização da pesquisa, buscou-se, inicialmente, observar como se dava a rotina dos acolhidos e como essa organização

institucional repercutia no comportamento e relacionamento entre crianças, adolescentes e funcionários. Em pouco tempo (aproximadamente três meses), pôde-se perceber que a falta de uma orientação comum a todos os cuidadores, o estabelecimento de regras dialogicamente construídas e coerentemente seguidas e a organização de uma rotina planejada, de acordo com as necessidades de cada criança/adolescente, poderiam alterar significativamente a qualidade de atendimento ali desenvolvido.

Esse trabalho de articulação entre os diferentes segmentos institucionais (equipe operacional, equipe técnica e crianças e adolescentes) é característico do pedagogo, capaz de dialogar com os diferentes sujeitos nos diferentes espaços e, pela sua qualidade formativa, orientar as ações de todos em prol de um objetivo comum: o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente.

Diante dessa constatação, faz-se necessário enfatizar que o papel do pedagogo em instituições de acolhimento não é o de escolarizar o espaço institucional e tampouco desenvolver atividades de reforço escolar, mas sim promover um espaço que seja educativo em todas as suas esferas, considerando todos os sujeitos ali envolvidos e possibilitando, por meio das relações existentes (e daquelas possíveis de serem construídas), experiências de crescimento e cuidado uns com os outros e com o todo, de modo a transformar a realidade institucional em um espaço de desenvolvimento sensível, significativo e de qualidade para todos.

A ação pedagógica nos abrigos se desenvolve por meio:

- Da interação dialógica com crianças e adolescentes na resolução de conflitos; na elaboração das regras da casa e distribuição de tarefas para a sua organização; no acompanhamento de sua rotina de estudos; no esclarecimento de dúvidas acerca de seu processo de acolhimento; na elaboração de atividades que promovam o seu desenvolvimento (álbum de memórias, genograma do desejo, projeto de vida, dentre outras, que possibilitaram às crianças e adolescentes se perceberem como sujeitos de sua própria história, levando-os a compreender a sua dinâmica familiar e proporcionando a projeção de um futuro diferente, por meio das próprias ações, livrando-se de sentimentos de culpabilização e/ou vitimização e aumentando significativamente a autoestima); no estabelecimento de uma relação afetiva e respeitosa na qual criança e

- adolescente se sintam ouvidos e percebidos em suas necessidades e anseios particulares;
- Da relação compartilhada das responsabilidades com os cuidadores na resolução de conflitos (com os acolhidos institucionalmente e entre os próprios cuidadores); na organização da rotina da instituição (“casa”) e definição da atribuição de funções<sup>2</sup>; na explanação de cada caso de acolhimento para a sensibilização do olhar e do agir com cada criança e adolescente e nas atividades formativas<sup>3</sup>. Ressalta-se que o trabalho com os cuidadores não se restringiu a uma espécie de “[...] incontinência verbal, [na qual...] o discurso se perde numa retórica cansativa” (FREIRE, 1992, p. 94), mas em uma pedagogia da presença, na qual se procurou estar presente, auxiliando nas orientações cotidianas e fortalecendo suas palavras e ações;
  - Do trabalho multidisciplinar com a equipe técnica no estudo dos casos de acolhimento; na elaboração dos relatórios para a Vara da Infância e Juventude; na análise dos projetos de voluntariado; na criação de estratégias para interagir com a comunidade do entorno; no planejamento das ações para o trabalho com as famílias; na devolutiva das necessidades das crianças e adolescentes para a busca de equipamentos sociais que contemplem essas necessidades e na avaliação das ações e resultados do trabalho institucional.

Como se pôde observar, o trabalho pedagógico nos abrigos perpassa todos os seus espaços, pois é a educação, em sua essência, quem traz a possibilidade da mudança, do diferente, do qualitativamente melhor. De nada vale afastar uma criança de sua família e colocá-la em uma instituição fria, autoritária e reprodutora de outras formas de violência.

O abrigo tem que ter clara a sua missão de ser um espaço de convivência similar ao residencial, onde os acolhidos institucionalmente se sintam seguros, cuidados e possam crescer, enquanto os problemas que os levaram ao acolhimento são tratados e resolvidos para que, assim que possível, retornem para os seus lares.

No decorrer da pesquisa, frente aos inúmeros espaços em que a educação se fez necessária, um instrumento pedagógico que se mostrou pertinente e eficaz para a delimitação da missão e orientação das ações do abrigo foi o projeto pedagógico.

## O projeto político-pedagógico em abrigos

O projeto político-pedagógico é:

[...] um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano [...], só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, 1995, p. 143).

Obrigatório em todo estabelecimento de ensino de educação formal, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, o projeto político-pedagógico perpassa todos os segmentos que compõem a instituição de ensino e possibilita o planejamento minucioso das práticas educativas, embasado nos princípios fundamentais da instituição e na reflexão acerca do que é educação e quais são as suas finalidades.

De acordo com Graciani (2013):

[...] projeto tem a ver com lançar-se, projetar-se para frente com perspectivas inovadoras. [...] Seu caráter pedagógico evidencia as ações educacionais, explicita a filosofia de como e com qual finalidade educar e demanda uma série de atividades educativas emanadas da construção coletiva, repletas de crenças, convicções e princípios, bem como de uma clara visão do contexto histórico-social da realidade e da afirmação de paradigmas científicos do saber civilizatório acumulado, sempre atualizados e revistos por meio de formações contínuas ou investigações e pesquisas perenes. Seu aspecto político institucionaliza o tipo de participação esperada dos cidadãos envolvidos na experiência e requer criticidade e criatividade em todas as dimensões compartilhadas pelo compromisso assumido.

O ato de planejar é importante, pois, segundo Padilha (2002, p. 63):

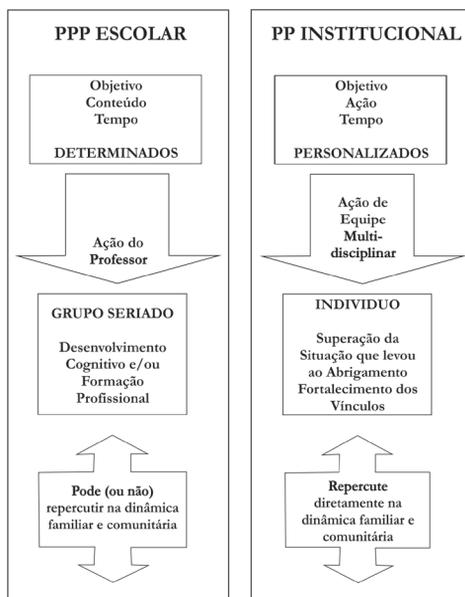
[...] é um processo que visa dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando em conta os contextos e pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e de com quem se planeja [...].

Dessa forma, o projeto político-pedagógico mostrou-se uma ferramenta eficiente nos abrigos por possibilitar o mapeamento de todas as suas ações – planejadas e não mais improvisadas – de acordo com os princípios institucionais.

Essa preocupação em delinear todas as atividades desenvolvidas pelo abrigo se faz necessária para a realização de um trabalho coerentemente norteado por objetivos estabelecidos e, principalmente, para a criação de sua identidade institucional, pois, de acordo com Guará (2006, p. 63), a ausência de uma discussão acerca do projeto político-pedagógico em abrigos leva ao risco da reprodução do mesmo atendimento das grandes instituições.

Contudo, o projeto político-pedagógico dos abrigos se diferencia do projeto político-pedagógico das instituições escolares por ser mais amplo, não se restringindo à linha de ação da Pedagogia, mas perpassando as áreas do Direito, da Psicologia e do Serviço Social, tendo como foco não somente o acolhido institucional, mas a relação com a sua família e a comunidade na qual ela se insere, como pode ser verificado na Figura 1:

**Figura 1 – Quadro comparativo dos projetos político-pedagógicos escolar e institucional.**



Fonte: Izar (2007, p. 87).

Assim:

[...] o projeto político-pedagógico do abrigo define a sua identidade através da explicitação de sua função social; proporciona a integração das linhas de ação distintas (Serviço Social, Psicologia e Pedagogia), mas essenciais e complementares; dá a referência metodológica necessária para direcionar, fundamentar e justificar as ações voltadas para os acolhidos institucionalmente, suas famílias e funcionários envolvidos neste universo [...], promovendo um atendimento personalizado (IZAR, 2007, p. 87-88).

Para tanto, em seu processo de elaboração, devem ser levados em consideração o diagnóstico institucional, o embasamento teórico a ser utilizado, as linhas de ação (no abrigo em questão foram definidas três linhas de ação: criança e adolescente, família e formação), o cronograma, os indicadores de avaliação e, por fim, a sua redação.

Faz-se necessário ressaltar que a elaboração do projeto político-pedagógico do abrigo não é função exclusiva do pedagogo. O seu processo de construção deve ser dialógico, compartilhado e participativo: todos devem ter voz. Nesse sentido:

[...] o projeto político-pedagógico não é um documento para ser arquivado. Ele precisa ser conhecido (manuseado, lido, discutido) e entendido por todos os envolvidos institucionalmente, sejam eles os profissionais, os acolhidos, suas famílias, a comunidade... Para que, deste conhecimento, surja a compreensão, o diálogo e a participação necessários para o bom desenvolvimento das crianças e adolescentes que ali estão provisoriamente (IZAR, 2007, p. 98).

## Considerações finais

Segundo Paulo Freire, educar é fazer com que o ser humano se perceba como sujeito livre, capaz de pensar, sentir, intervir, transformar, sonhar, decidir e romper, em um processo de inconclusão, levando-o a reconhecer que “[...] a História é tempo de possibilidade e não de *determinismo*, que o futuro [...] é *problemático* e não inexorável” (FREIRE, 1996, p. 21. grifo do autor).

Reconhecer os abrigos como espaços de proteção e promoção do desenvolvimento integral da criança e do adolescente significa compreender a fundamental importância que a educação tem nesses espaços como forma de garantir:

[...] que o tempo presente na instituição seja vivido como possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente e que o bem-estar seja tão importante quanto o bem-sair (GUARÁ, 2006, p. 64).

Dada a sua caracterização como um espaço promotor do desenvolvimento – “[...] que não se confunde com a família, tampouco com a escola, mas que está integrado a elas” (AROLA, 2000) e entendendo a importância do papel da educação “[...] pela sua possibilidade de modificação, transformação e desenvolvimento interior” (MAZZOTTA, 1982 *apud* SOUZA NETO; NASCIMENTO, 2006, p. 31) – é que se pode concluir o fundamental valor do trabalho pedagógico nos abrigos para a concretização da dimensão socioeducativa preconizada pelo ECA.

A pesquisa desenvolvida e aqui relatada demonstrou que o projeto político-pedagógico – com as adaptações necessárias – sobressai-se como instrumento viável e funcional para orientar as práticas de atendimento dos abrigos e que a realidade, apesar de complexa, não é inexorável, podendo sim ser mudada por meio de um trabalho sério, fundamentado e comprometido.

Compreendendo o abrigo como um espaço de formação dúbio que tanto pode possibilitar aos acolhidos institucionalmente o desenvolvimento da submissão, da dependência e da insegurança como o da iniciativa, da responsabilidade, da criticidade e da autonomia, é que se enfatiza a importância fundamental da práxis pedagógica nesses espaços, pois:

[...] a esperança nasce mesmo do coração da pedagogia. [...] Ela implica uma denúncia de injustiças sociais e das opressões que se perpetuam ao longo da história e ao mesmo tempo anuncia a capacidade humana de desfatalizar esta situação perversa e construir um futuro eticamente mais justo, politicamente mais democrático, esteticamente mais irradiante e espiritualmente mais humanizador (BOFF *apud* FREIRE, 1992, p. 8).

Assim, somente o trabalho pedagógico – entendido como fio condutor que perpassa toda a dinâmica institucional – pode promover a su-

peração da predominância do desconhecimento e do amadorismo nas práticas de atendimento dos abrigos, “[...] que humilham, replicam a dependência, obstruem a cidadania e a autossustentação” (DEMO, 1994, p. 77) e possibilitar a proposição de um espaço promotor do desenvolvimento humano por meio de um trabalho socioeducativo que seja realmente significativo para aqueles que são a razão de sua existência: as crianças e os adolescentes.

Recebido em: 20/12/2012  
Aprovado em: 28/04/2013

## Notas

1. Pedagoga. Mestre e doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP). Pesquisadora integrante do projeto de pesquisa em Pedagogia Social. E-mail: juliana.izar@usp.br
2. Uma das queixas mais frequentes dos cuidadores era a de sobrecarga nas funções (cuidar da casa ou das crianças e adolescentes). Com a delimitação das atividades e a organização de uma espécie de rotina, na qual se especificava o que era mais adequado para cada momento do dia, os cuidadores se sentiam menos ansiosos e conseguiam realizar todas as atividades propostas. Nota: as atividades continuaram as mesmas, mas a tranquilidade de se saber estar fazendo o adequado para aquele momento eliminou a ansiedade e a autocobrança exacerbada que agitava os cuidadores e dava a sensação de sobrecarga.
3. As atividades formativas com os cuidadores aconteciam em dois momentos diferentes: o primeiro, de caráter coletivo, no qual se trabalhava as potencialidades do grupo, elevando a autoestima e levando-os a perceber o quanto eram importantes para a realização do trabalho da instituição; o segundo, de caráter individual, no qual eles colocavam as suas dificuldades em lidar com histórias de sofrimento, com o apego excessivo com determinada criança/adolescente que saíra recentemente da instituição e com outras limitações humanas.

## Referências

AROLA, Ramón Llongueras. **Casa não é lar**: o abrigo como contexto de desenvolvimento psicológico. São Paulo: Editora Salesiana, 2000.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papi-rus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRACIANI, Maria Stela. **Pedagogia social**. São Paulo: Cortez, 2013. (no prelo).

GUARÁ, Isa Maria. Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. In: BAPTISTA, Myrian Veras (Coord.). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 63-76. (Coletânea Abrigar, 1).

IZAR, Juliana Gama. **O projeto pedagógico em abrigos**. 2007. 137 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Ed. Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño/Editora Universitária Santa Úrsula/ Amais Livraria e Editora, 1995.

SOUZA NETO, João Clemente; NASCIMENTO, Maria Leticia (Orgs.). **Infância: violência, instituições e políticas públicas**. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

VASCONCELLOS, Celso. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.